



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **1008224-02.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Títulos de Crédito**
 Requerente: **Marisa Carmingnola São Carlos Me, CNPJ 02.809.443/0001-53 - Advogada Drª. Marcia Cristina Masson Peronti**
 Requerido: **Soares Promotora de Eventos S/s Ltda, CNPJ 06.314.067/0001-87 - Advogado Dr. Euclides Francisco Jutkoski acompanhado do proprietário Sr. Wanderley Cedran Soares**

Aos 07 de fevereiro de 2017, às 16:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Renovada a proposta de conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos: **“O réu obriga-se ao pagamento R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) parcelados em 10 vezes, sendo a primeira parcela de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) até o dia 15/03/2017 e as demais parcelas, possuindo o mesmo valor retro mencionado, nos mesmos dias dos meses subsequentes. Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário em conta corrente mantida em nome da defensora da autora que neste ato será divulgado apenas ao defensor da parte requerida. Em caso de não pagamento de qualquer parcela acordam o vencimento antecipado da dívida com a incidência de multa de 20% sobre o saldo devedor. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. ”** *“Homologo o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III “b” do C.P.C. Aguarde-se o decurso do prazo para os pagamentos convencionados. A autora fica intimada a, até 30 dias após o vencimento da última parcela, informar eventual descumprimento. No silêncio, este juízo presumirá o adimplemento e o processo será extinto com fulcro no art. 924, II do CPC, independentemente de nova intimação. Cobre-se a devolução da carta precatória para oitiva da testemunha da requerida, independentemente de cumprimento. Publicada nesta audiência, registre-se”.* saindo intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Adv. Requerente: Marcia Cristina Masson Peronti

Requerido:

Adv. Requerido: Euclides Francisco Jutkoski

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA